

## EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NOS CURSOS DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO DO IFSP<sup>1</sup>

Ligia Porto Alexandre<sup>2</sup>

Daniel Teixeira Maldonado<sup>3</sup>

### RESUMO

A partir da análise documental de ementas, objetivos, conteúdos programáticos e bibliografias, este trabalho tem por objetivo verificar as menções relativas ao tema Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Tecnologia em Gestão de Turismo do IFSP. Buscou-se, a partir da lei nº 10.639/2003, de Silva (2007), Brito (2011), Costa (2014) e Candau (2011), discutir a importância da abordagem desse assunto na formação de professores do ensino superior e na formação do tecnólogo em Turismo pelas características peculiares da profissão. Conclui-se que novas pesquisas deverão ser realizadas, pois ainda há espaço para a tratativa nos currículos, assim como há necessidade de melhor delineamento das menções já existentes.

**Palavras-chave:** Educação das Relações Étnico-Raciais; Formação de Professores; Ensino de Turismo; Currículo.

33

### INTRODUÇÃO

O Turismo é essencialmente uma atividade atrelada a relações e a prestação de serviços, logo requer formação profissional adequada e contínua capacitação e qualificação. Conforme Spinelli (2002) é um setor de serviços que requer elevados índices de força de trabalho. Tanto o melhoramento da qualidade dos serviços oferecidos quanto o aumento da produtividade dependem de uma melhor qualificação da mão de obra que trabalha nas empresas de Turismo, por meio da formação e da capacitação de recursos humanos.

---

<sup>1</sup> Esse artigo é resultado de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da Especialização em Formação de Professores – Ênfase do Ensino Superior.

<sup>2</sup> Especialista em Formação de Professores – Ênfase no Ensino Superior – IFSP. E-mail: [ligiapcel@gmail.com](mailto:ligiapcel@gmail.com).

<sup>3</sup> Doutor em Educação Física e Professor de Educação Física do Instituto Federal de São Paulo . E-mail: [danielmaldonado@ifsp.edu.br](mailto:danielmaldonado@ifsp.edu.br)

Para a adequada formação de um profissional é necessária uma correta construção do currículo de um curso. O currículo é um conjunto de conhecimentos, saberes, competências, habilidades, experiências, vivências e valores que os alunos precisam adquirir e desenvolver, de maneira integrada e explícita, mediante práticas e atividades de ensino e de situações de aprendizagem (MASETTO, 2003).

Ao tomar contato com os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) de Tecnologia em Gestão de Turismo do Instituto Federal de São Paulo (IFSP) nos aprofundamos nas discussões sobre a Resolução CNE/CP nº 01 de 17/06/2004 (BRASIL, 2004b), que trata sobre Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCN ERER) e foi estabelecida a investigação em curso.

Esta pesquisa pretende esclarecer o seguinte problema: os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Tecnologia em Gestão de Turismo do IFSP abordam conteúdos que contribuem para a Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana?

A tratativa de um tema que pretende auxiliar o combate ao racismo é imprescindível visto que o Brasil é um país de composição majoritariamente negra. Conforme dados de 2016 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) divulgados em 2017<sup>4</sup> numa população de 205,5 milhões de habitantes, sendo 46,7% pardas, 44,2% brancas, 8,2% pretas e 0,9% amarelos ou indígenas.

Discutir sobre a Educação das Relações Étnico-Raciais se faz atual e necessário diante das denúncias que vemos na mídia. Não é incomum o racismo ou o preconceito no cotidiano, inclusive dentro de Universidades, sendo até mesmo o IFSP palco de notícias de mesmo teor. Somam-se ainda registros de falas contrárias à demarcação de terras indígenas, afirmações pejorativas direcionadas à quilombolas e falas contrárias à cotas raciais provenientes de grupos que se encontram nos poderes legislativo, executivo e judiciário.

Nesse sentido, o objetivo deste estudo foi verificar se os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Tecnologia em Gestão de Turismo do IFSP abordam conteúdos relacionados à Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

---

<sup>4</sup> Dados IBGE, conforme reportagem do G1 de 24/11/17 : <https://g1.globo.com/economia/noticia/populacao-que-se-declara-preta-cresce-149-no-brasil-em-4-anos-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em 04/12/2018.

## MÉTODO

No presente trabalho foi realizada uma pesquisa documental nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Tecnologia em Gestão de Turismo do IFSP. O documento escrito pode ser considerado uma fonte valiosa para todos os pesquisadores das Ciências Sociais, pois, a partir deles, é possível reconstituir o que a humanidade produziu sobre um determinado tema, em um passado relativamente distante (CELLARD, 2014).

A pesquisa documental possui como característica utilizar, para a coleta de dados, apenas fontes de documentos, escritos ou não. Todas as análises dos dados sistematizados na pesquisa podem acontecer posteriormente ou no momento em que o fato ou fenômeno ocorre (MARCONI; LAKATOS, 2017).

Assim sendo, uma diversidade de fontes pode ser utilizada na realização deste tipo de estudo, sejam elas sonoras, visuais ou impressas (LAVILLE; DIONNE, 1999). Seguimos a orientação de Marconi e Lakatos (2017), em que o pesquisador deve iniciar a sua pesquisa documental com a definição dos objetivos, para poder estabelecer que tipo de documentação será mais adequada para a sua análise, evidenciando assim que as fontes utilizadas para a sua pesquisa são válidas e fidedignas.

35

Nesse contexto, foram analisados os documentos disponibilizados publicamente pela rede federal, como os PPCs dos quatro cursos de Tecnologia em Gestão de Turismo ofertados pelo IFSP, até o mês de dezembro de 2018, nos *campi* São Paulo, Cubatão, Barretos e Campos do Jordão.

Com o intuito de verificar se existem discussões relacionadas ao tema da Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a análise dos PPCs foi realizada a partir de um olhar apurado em suas ementas, objetivos, conteúdo programático e referências bibliográficas.

Para compreender de que maneira os cursos de Tecnologia em Gestão de Turismo do IFSP abordam a temática da Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos seus PPC's, utilizamos a técnica de análise de conteúdo que “consiste em desmontar a estrutura e os elementos desse conteúdo para esclarecer suas diferentes características e extrair sua significação” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 214).

Ao se analisar os resultados dessa pesquisa, foram identificadas as principais temáticas relacionadas com a Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana abordadas nos PPC's dos cursos de Tecnologia em Gestão de Turismo, tendo como eixos norteadores a **Resolução CNE/CP nº 01 de 17/06/2004**, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. A análise buscou verificar o cumprimento dessas Diretrizes e o diagnóstico dos conteúdos que fazem relação com essa temática.

Utilizando o modelo misto de análise, examinamos os Planos de Ensino dos PPCs dos cursos de Tecnologia em Gestão de Turismo, procurando identificar as unidades de significado (LAVILLE; DIONNE, 1999). As categorias foram estabelecidas pelos dois autores dessa pesquisa.

## **EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA**

36

A Resolução do Conselho Nacional de Educação – Conselho Pleno (CNE/CP) nº 01 de 17/06/2004 (BRASIL, 2004b), instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCN ERER) a serem observadas por instituições que atuam nos níveis e modalidades da educação brasileira, em especial instituições que desenvolvam programas de formação inicial e continuada de professores. Essas diretrizes têm por meta, promover a educação de cidadãos conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas rumo à construção de uma nação democrática (BRASIL, 2004b).

A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira. O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo o reconhecimento e a valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias e asiáticas.

Para atingir esses objetivos, conteúdos, competências, atitudes e valores, serão estabelecidos pelas Instituições de Ensino e seus professores, com o apoio e supervisão dos sistemas de ensino, entidades mantenedoras e coordenações pedagógicas, atendidas as diretrizes do Parecer CNE/CP nº 03 de 10/03/2004 (BRASIL, 2004b).

A resolução explicita que conforme a Lei nº 10.639, de 09/01/2003, o ensino sistemático de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana refere-se em especial a Educação Básica, em todo o currículo, mas com enfoque nos componentes curriculares de Artes, Literatura e História do Brasil. Porém, as Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes. Assim, os sistemas de ensino devem incentivar pesquisas sobre processos educativos orientados por valores, visões de mundo, conhecimentos afro-brasileiros e indígenas, sendo a Educação das Relações Étnico-Raciais um instrumento utilizado para a avaliação e a supervisão da educação (BRASIL, 2004b).

Relacionada ainda a Educação das Relações Étnico-Raciais, a criação da Lei nº 11.645<sup>5</sup> de 10/03/2008 que é uma ampliação da lei nº 10.639, de 09/01/2003, acrescentando a temática indígena. No entanto, não foi encontrado parecer da CNE regulamentando a nova temática para os currículos como foi feita para a lei anterior.

O **Parecer nº 03, de 10 de março de 2004**, é o documento que fundamentou a criação da **Resolução nº 01, de 17 de junho de 2004** e visou regulamentar a Lei nº 10.639, de 09/01/2003 que alterou a Lei 9.394 de 20/12/1996 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, trazendo então alguns norteadores para a implementação dos novos currículos escolares (BRASIL, 2004a).

Conforme consta no **Parecer nº 03, de 10 de março de 2004**, a Lei nº 10.639, de 09/01/2003 é fruto de reivindicações do Movimento Negro durante o século XX, que exigiam reconhecimento, valorização e afirmação de direitos no que diz respeito à educação. Segundo Brito (2011), houve uma ascensão das lutas sociais no final de 1970, sobre a qual uma

---

<sup>5</sup> Mesmo reconhecendo que a Lei nº. 10.639/2003 posteriormente foi alterada pela Lei nº. 11.645/2008, que acrescentou a temática indígena à redação, este trabalho irá focar os aspectos relacionados à cultura Afro-Brasileira e Africana.

abordagem panorâmica da atuação do Movimento Social Negro brasileiro pode ser encontrada na obra de Alberti e Pereira (2007)<sup>6</sup>.

A abolição da escravatura não livrou os negros da exclusão social e da miséria. Para superar essa condição, a educação formal foi vista como uma possibilidade de superar dificuldades, porém isso não foi suficiente. Logo a militância e os intelectuais negros descobriram que a escola também tinha responsabilidade na perpetuação das desigualdades raciais. A educação formal era não só eurocentrista e de ostentação dos Estados Unidos da América, como também desqualificava o continente africano e inferiorizava os negros.

Em razão disso, os movimentos sociais negros passaram a incluir em suas agendas de reivindicações junto ao Estado Brasileiro, no que tange à educação, o estudo da história do continente africano e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional brasileira. Parte desta reivindicação já constava no I Congresso do Negro Brasileiro, promovido no Rio de Janeiro em 1950 (SANTOS, 2005).

A criação da lei nº 10.639/2003 está intimamente ligada as reivindicações do Movimento Negro. Vários marcos desse movimento, assim como alguns eventos, colaboraram para a discussão no Brasil das suas heranças africanas e das relações étnico-raciais, como a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e outras Formas de Intolerância da ONU, acontecida em Durban, na África do Sul, em 2001. Tanto o governo brasileiro como representantes do movimento social negro e de outros movimentos estiveram nessa conferência (ROCHA, 2006).

O movimento social negro organizou no país uma série de debates preparatórios para a Conferência e várias ações foram desenvolvidas pelo Estado após a Conferência de Durban. O governo federal, com o então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), em seus diversos ministérios, assumiu a tarefa de implementar políticas afirmativas para a população negra. No ano de 2002 o governo FHC realizou várias iniciativas, entre as quais, a criação do Programa de Ações Afirmativas nos Ministérios de Desenvolvimento Agrário, da Cultura, Saúde e da Justiça. Outras ações se fortaleceram durante o governo Lula (ROCHA, 2006).

Um movimento articulado no campo da educação que se configurou, ao mesmo tempo, numa base de pressão social e em sustentação teórica que resultou no reconhecimento,

---

<sup>6</sup> ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araújo. (Org.). **Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC**. Rio de Janeiro: Pallas/CPDOC-FGV, 2007.

em 2002, no âmbito da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), do grupo de trabalho denominado “Educação e Relações Étnico-Raciais (GT - 21).

Outro evento importante se dá no ano de 2011, escolhido pelas Organizações das Nações Unidas (ONU) para homenagear os afrodescendentes, gerando em nosso país uma agenda de debates e produções acadêmicas. Faz parte dessa agenda, entre outras iniciativas, a realização de seminários regionais para o lançamento da Coleção História Geral da África, organizada pela UNESCO, numa ação conjunta com o Ministério da Educação — MEC (BRITO, 2011).

O intuito das normas legais criadas teve como objetivo contribuir com a formação de uma sociedade mais democrática, que valoriza sua identidade étnica e combate o racismo e preconceitos. Para a conquista dessa nova sociedade as figuras do currículo escolar e do professor tornam-se essenciais.

A esse ideal de nova sociedade se apresentam diferentes tipos de desafios a serem vencidos. As escolas devem ter seus currículos atualizados e os professores devidamente formados para esse propósito. Mais do que isso, todos os agentes envolvidos devem estar problematizando as relações sociais vividas, visto que somos fruto de uma sociedade cheia de preconceitos que se pretende combater.

Para auxiliar na implementação da DCN EREER, o MEC publicou o **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**, documento em que define atribuições e ações que deverão ser realizadas por agentes sociais e por todos os níveis e modalidades de ensino, tais como incluir conteúdos e disciplinas curriculares relacionadas à Educação para as Relações Étnico-Raciais nos cursos de Ensino Superior e dedicar especial atenção aos cursos de Licenciatura, garantindo formação adequada aos professores sobre História e Cultura Afro-Brasileira e os conteúdos propostos na Lei 11.645/2008 (BRASIL, [ca. 2008], p. 39).

Outro ponto que nos chama atenção no documento é que a EREER, no Ensino Superior, está atrelada a ações de valorização de cotas raciais, conforme duas das seis ações definidas para esse nível de escolarização (BRASIL, [ca. 2008], p. 53).

Assim, a EREER se constitui importante por seus ideais democráticos, sendo um campo amplo de estudo que pode ser discutido por diferentes aspectos: políticos, educacionais, sociais ou pedagógicos.



## ENSINAR E APRENDER EM SOCIEDADES MULTICULTURAIS

O tema aprender e ensinar em meio a relações étnico-raciais, em contextos de sociedades multiculturais como a nossa é amplo e, para superar as dificuldades, precisamos ultrapassar estereótipos e extinguir preconceitos. É necessário, antes de tudo, prestar atenção nas formas e meios que os alunos utilizam para aprender. Ensinar e aprender implicam convivência e respeito, o que não se confunde com mera tolerância. Temos de tratar juntos indígenas, afrodescendentes, descendentes de europeus e de asiáticos, sem medo das tensões, abertos a diversidade (SILVA, 2007).

Trabalhar as diferenças culturais constitui o foco central do multiculturalismo. No âmbito das posições multiculturais, Candau (2011) classifica três grandes abordagens: o multiculturalismo assimilacionista, o multiculturalismo diferencialista ou monoculturalismo plural e o multiculturalismo interativo, também denominado interculturalidade.

A abordagem assimilacionista [...] vai favorecer que todos se integrem na sociedade e sejam incorporados à cultura hegemônica. [...] Todos e todas são chamados a participar do sistema escolar, mas sem que se coloque em questão o caráter monocultural presente na sua dinâmica, tanto no que se refere aos conteúdos do currículo, quanto às relações entre os diferentes atores, às estratégias utilizadas nas salas de aula, aos valores privilegiados etc (CANDAU, 2011, p. 246).

40

O multiculturalismo diferencialista ou *monocultura plural* [...] parte da afirmação de que quando se enfatiza a assimilação termina-se por negar a diferença ou por silenciá-la. Propõe então colocar a ênfase no reconhecimento da diferença e, para promover a expressão das diversas identidades culturais presentes num determinado contexto, garantir espaços em que estas se possam expressar. Afirma-se que somente assim os diferentes grupos socioculturais poderão manter suas matrizes culturais de base. [...] Na prática, em muitas sociedades atuais terminou-se por favorecer a criação de verdadeiros *apartheids* socioculturais (CANDAU, 2011, p. 246, grifo do autor).

Quanto ao multiculturalismo interativo, também denominado interculturalidade, uma característica que o configura é a promoção deliberada da inter-relação entre diferentes sujeitos e grupos socioculturais presentes em uma determinada sociedade. Concebe as culturas em contínuo processo de construção, desestabilização e reconstrução. Está



constituído pela afirmação de que nas sociedades em que vivemos os processos de hibridização cultural são intensos e mobilizadores da construção de identidades abertas, em construção permanente, o que supõe que as culturas não são puras, nem estáticas (CANDAU, 2011).

Existe a consciência dos mecanismos de poder que permeiam as relações culturais e essas estão marcadas pelo preconceito e discriminação de determinados grupos socioculturais. Essa perspectiva intercultural favorece e estimula o diálogo entre diversos saberes e conhecimentos. Trabalha a tensão entre universalismo e relativismo no plano epistemológico e ético, assumindo as tensões e conflitos que emergem deste debate (CANDAU, 2011).

Por fim cabe dizer que, além de professores devidamente preparados para a ERER e currículos bem estruturados com conteúdos adequados para a temática e práticas pedagógicas críticas e reflexivas, para que possamos efetivamente construir relações positivas e democráticas é necessário ainda, conforme Brito (2011) e Silva (2007), estarmos atentos nas relações cotidianas e não apenas nas situações de sala de aula.

Não basta ter currículos bem estruturados e professores bem preparados com práticas pedagógicas elogiáveis se não nos atentarmos às nossas relações cotidianas. Permitir o racismo ou o preconceito na escola ou no cotidiano também é um conteúdo formativo para nossos alunos.

## **O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP foi instituído em 2008, mas sua história remonta a outras denominações. Origina-se enquanto Escola de Aprendizes e Artífices de São Paulo, pelo Decreto nº 7.566, de 23/09/1909, assinado pelo presidente Nilo Peçanha, designação que vigorou de 1909 a 1937; posteriormente como Liceu Industrial de São Paulo, de 1937 a 1942. Foi definido como Escola Industrial em 1942, como Escola Técnica de São Paulo de 1943 até o ano de 1965 e depois como Escola Técnica Federal de São Paulo – ETFSP, no período de 1965 a 1999. Por força de um Decreto s/nº, de 18/01/1999, oficializou-se como Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo - CEFET SP, até o ano de 2008 quando sofreu alterações pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008, que criou o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia –

IFSP, oferecendo a estrutura de câmpus e Reitoria. Atualmente o IFSP conta com 36 *campi* espalhados no estado de São Paulo (IFSP, 2014).

O IFSP desempenha relevante função social, formando cidadãos aptos para o trabalho. Possui cursos livres, cursos técnicos e técnicos integrados ao ensino médio, cursos de graduação de tecnologias, licenciaturas e bacharelados e cursos de pós-graduação como especialização, mestrado e doutorado (IFSP, 2014).

## **CURSOS DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO DO INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO E A LEI Nº 10.639/2003**

Os cursos superiores de Tecnologia em Gestão de Turismo (TGT) do IFSP são oferecidos em quatro *campi*, a saber: São Paulo (SPO), Cubatão (CBT), Barretos (BRT) e Campos do Jordão (CJO). O primeiro curso surgiu na então unidade sede do CEFET em 2001 (atual SPO) e sua última atualização da grade curricular aconteceu em 2011. A primeira turma de CBT se deu em 2008 e sua última atualização curricular ocorreu em 2010; já o curso do BRT teve sua primeira turma em 2012 e sua última atualização curricular foi em 2015. Por fim, o último curso criado é o de CJO, que teve sua criação aprovada em 2017 e sua primeira turma no ano de 2018.

42

## **ANÁLISE DE CITAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI NOS CURRÍCULOS**

Apenas os currículos mais recentes dos cursos de TGT citam atendimento a DCN ERER, nos PPCs. Conforme observamos nos documentos de BRT (2015) e CJO (2017) que dispuseram de um subitem para discussão desse tema.

O PPC-BRT em seu subitem “Educação das Relações Étnico-Raciais e História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” relacionou os ideais de tal abordagem e indicou duas disciplinas na qual a temática é trabalhada. Sendo “Turismo e Patrimônio” e “Sociologia do Lazer e do Turismo” as disciplinas apontadas.

O PPC-CJO citou a temática e seus ideais no subitem “Educação das Relações Étnico-Raciais, História e Cultura Afro-Brasileira, Indígena”, apontando cinco disciplinas. Duas disciplinas na qual os conteúdos são abordados de forma direta (“Turismo e Diversidade”, “Patrimônio Histórico-Cultural e Turismo”) e três disciplinas que os conteúdos são tratados

de maneira indireta (“Turismo em Ambientes Naturais e Comunidade Local”, “Gestão de Recursos Humanos” e “Tópicos Avançados em Turismo”).

Considerando que a falta de citação explícita de atendimento às DCN EREER nos PPCs - SPO/CBT não significa exatamente que não existam conteúdos relativos ao tema. Com a finalidade de averiguar se as disciplinas apontadas nos PPCs - BRT/CJO cumprem o apontado no documento, foi necessária uma análise mais ampla de todos os PPCs.

### Diagnóstico dos Conteúdos dos PPCs

Para fazer um diagnóstico dos conteúdos relacionados à EREER nos PPCs dos cursos de TGT do IFSP, analisamos os componentes “Ementa, Objetivos, Conteúdo Programático, Bibliografia Básica e Bibliografia Complementar” de todas as disciplinas buscando a menção objetiva de termos e temas como: étnico, raça, racismo, étnico-racial, África, Afro-brasileiro, Indígena, raízes da nação brasileira, identidade e/ou cultura africana, indígena, brasileira ou afro-brasileira. Estes termos são constantes da **Resolução CNE/CP nº 01 de 17/06/2004** e do **Parecer nº 03, de 10 de março de 2004** que o fundamentou. Buscando compilar as informações dos PPCs foram elaborados quadros para abordagem panorâmica dos assuntos tratados.

43

Cabe dizer que na análise será considerado se as disciplinas apresentam ou não o “encadeamento” do tema. Sendo entendida como a disciplina que possua a tratativa do assunto com ressonância em todos seus componentes analisados, tendo em vista que todos os itens devem estar alinhados para o cumprimento do propósito da disciplina.

Os quadros 1 e 2 apresentam as disciplinas com menção a temas considerados relacionados com a EREER nos cursos de TGT do IFSP. As disciplinas que se relacionam foram agrupadas por categorias. A coluna “Disciplinas” aponta o nome da disciplina e indica a qual campus pertence o PPC a partir da ordem: SPO, CBT, BRT e CJO respectivamente:

**Quadro 1 - Disciplinas com possível tratativa da EREER**

Item	Categorias	Disciplinas	PPCs - Tecnologia em Gestão de Turismo do IFSP			
			SPO	CBT	BRT	CJO

1	Cultura e Patrimônio Cultural	“Turismo e Cultura 1”	X			
2	Sociologia	“Sociologia do Lazer e do Turismo”	X			
3	Meio Ambiente	“Turismo em Ambientes Naturais e Comunidades Locais”				X
4	Recreação	“Técnicas de Recreação e Lazer”		X		
5	Geografia	“Geografia e Turismo 2”		X		
<b>Total (5)</b>			<b>2</b>	<b>2</b>		<b>1</b>

Fonte: Elaborado pelos autores.

As disciplinas constantes no Quadro 1, possuem termos que não se enquadram nas palavras-chaves estabelecidas. Entretanto, dependendo do enfoque dado pelo professor, é possível supor algumas tratativas relacionadas. Dos itens 1 a 3 nos conteúdos programáticos, são apontados termos genéricos como “autóctones” ou “identidade dos moradores”, o que pode revelar uma possível abordagem acerca de comunidades quilombolas ou indígenas. No item 4, no conteúdo programático é tratado de “Atividades com Danças Regionais e Sul-Americanas”, o que poderia supor a tratativa de danças como o Congo ou o Maracatu. E, o item 5, aborda “Estrutura da População” o poderia supor a abordagem de raça da população. Todavia, não é garantido esses enfoques por falta de citação objetiva de tratativa.

Considerando que análise aqui pretendida foca no que está registrado no PPC, foi necessário considerar as citações diretas do tema e não as supostas tratativas.

**Quadro 2 - Disciplinas com a temática da EREER nos cursos de TGT do IFSP**

Item	Categorias	Disciplinas	PPCs - Tecnologia em Gestão de Turismo do IFSP			
			SPO	CBT	BRT	CJO
1*	Cultura e Patrimônio Cultural	<p>-----</p> <p>“Cultura e Civilização Brasileira”</p> <p>“Manifestações da Cultura Popular</p> <p>-----</p> <p>“Turismo e Patrimônio”</p> <p>“Patrimônio Histórico-Cultural e Turismo”</p>		X	X	X

2	Sociologia	“Sociologia Aplicada ao Turismo” (FE) “Sociologia do Lazer e do Turismo”		X	X	
3	História	“História e Turismo” “História Regional”	X	X		
4	Ética e Cidadania	“Filosofia e Ética Profissional” (FE) “Turismo e Diversidade”		X		X
5	Gastronomia	“Alimentos e Bebidas” “Turismo Gastronômico” (FE)		X		X
6	Comunicação	“Redação e Comunicação I” (FE) “Comunicação Empresarial” (FE)			X	X
<b>Total (14)</b>			<b>1</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>4</b>
Legenda (FE) = Fragilidade no Encadeamento						
*O item 1 contabiliza 2 pontos para o “Total” do Câmpus Cubatão por tratar-se de duas disciplinas desse PPC						

Fonte: elaborado pelos autores.

O quadro seguinte aponta o total e o percentual de disciplinas que fazem a tratativa da ERER de maneira objetiva por campus: 45

**Quadro 3** - Total e Percentual de disciplinas que mencionam a ERER

<b>Temas relativos a Educação das Relações Étnico-Raciais ou Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana</b>				
<b>Câmpus</b>	<b>Ano do PPC</b>	<b>Total de Disciplinas</b>	<b>Menção Direta (O)</b>	<b>Porcentagem %</b>
CBT	2010	42	6	14,3%
CJO	2017	39	4	10,3%
BRT	2015	37	3	8,1%
SPO	2011	41	1	2,4%
<b>TOTAL</b>		<b>159</b>	<b>14</b>	<b>8,8%</b>

Fonte: elaborado pelos autores.

Conforme se observa no Quadro 3, apesar da falta de citação de atendimento às DCN ERER nos PPCs – SPO e CBT, todos os cursos de TGT realizam a abordagem, somando pelo

EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NOS CURSOS DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO DO IFSP

LIGIA PORTO ALEXANDRE  
DANIEL TEIXEIRA MALDONADO

menos 14 disciplinas como responsáveis pela tratativa, sendo cinco delas com fragilidade de encadeamento. No âmbito geral, essa realidade representa apenas 8,8% do currículo de TGT do IFSP, o que denota um grande espaço para novas pesquisas sobre o tema que possam ampliar a abordagem ou melhor delinear os conteúdos já trabalhados.

Conforme análise dos Quadros 2 e 3, o PPC-SPO é o que menos trata do tema. Possui uma disciplina que representa 2,4% do currículo. A disciplina apresenta bom encadeamento dos temas tratados. Consideramos sua abordagem na disciplina “História e Turismo” em virtude de referências às etnias do Brasil. Como exemplo, em seu conteúdo programático: “Surgimento dos Estados-nações e o nacionalismo: a construção das identidades nacionais e dos acervos históricos em museus.” Ou “A história do turismo no Brasil por meio do patrimônio remanescente das diversas etnias formadoras da nação [...]”. Consideramos que seria impossível falar desses assuntos sem citar o negro ou índio, no entanto, salienta-se que não foram ressaltadas essas identidades.

Quanto à falta de citação direta de uma identidade Afro-Brasileira, Negra ou Indígena, no currículo ficou evidente a falta de intencionalidade no combate ao racismo ou de valorização de identidades desses grupos que reivindicam representação.

Pedagogias de combate ao racismo e a discriminações elaboradas com o objetivo de educação das relações étnico/raciais positivas têm como objetivo fortalecer entre os negros e despertar entre os brancos a consciência negra. Entre os negros, poderão oferecer conhecimentos e segurança para orgulharem-se da sua origem africana; para os brancos, poderão permitir que identifiquem as influências, a contribuição, a participação e a importância da história e da cultura dos negros no seu jeito de ser, viver, de se relacionar com as outras pessoas, notadamente as negras [...]. É importante destacar que não se trata de mudar um foco etnocêntrico marcadamente de raiz européia por um africano, mas de ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira (BRASIL, 2004a, p. 7).

No PPC-BRT encontramos três disciplinas. Confirmamos a citação das disciplinas “Sociologia do Lazer e do Turismo” e “Turismo e Patrimônio”; e ainda verificamos a menção de tratativa em “Redação e Comunicação I”, porém esta apresenta fragilidade de encadeamento do assunto, que é citado apenas na ementa, sem ligação com os demais componentes analisados. Sendo assim, trabalha a EREER em pelo menos 8,1% de seu

currículo, sendo o curso com três abordagens objetivas do tema (3º colocado quantitativamente e objetivamente).

Já o PPC-CJO é 2º colocado como documento que mais trata de conteúdos relacionados ao tema, somando quatro disciplinas com abordagem objetiva (10,3% do currículo). Quanto à disciplina que foi citada com uma abordagem indireta “Turismo em Ambientes Naturais e Comunidade Local”, esta foi alocada no Quadro 1, considerando o conteúdo programático “Relação do turismo com a população autóctone”. Todavia, é necessário enfatizar que, dependendo do enfoque dado pelo professor, a ERER não seria trabalhada em sala de aula.

Objetivamente confirmamos as disciplinas “Turismo e Diversidade” e “Patrimônio Histórico-Cultural e Turismo”. Incluímos ainda “Turismo Gastronômico” e “Comunicação Empresarial”, como disciplinas com fragilidade de encadeamento, já que a primeira faz referência a identidade da cozinha brasileira apenas no conteúdo programático e a segunda por citar a temática apenas na ementa e não nos demais componentes, sendo as outras disciplinas boas no encadeamento dos temas.

Assim, consideramos que, na tentativa de atendimento da lei, houve uma preocupação do PCC em reconhecer cinco disciplinas que possibilitariam o debate da ERER. Porém não houve reformulação dos conteúdos para atingir esse fim. Verificamos a necessidade de melhor delineamento dos conteúdos e encadeamento da tratativa.

Ressaltamos positivamente que o PPC-CJO foi o único documento que reservou uma disciplina específica (“Turismo e Diversidade”) com 33,3 horas para a discussão da ERER, estando a disciplina toda encadeada. Temas como Relações Étnico-Raciais, Identidade, Raça, Etnia, Racismo, Movimentos emancipatórios e Discriminação são abordados em seu conteúdo. Atribuímos esse resultado ao fato de ser o documento mais recente, estando mais antenado com a necessidade de discussão do assunto.

Todavia, ainda que exista uma disciplina voltada para essa abordagem, enfatizamos que a ERER não se encerra com a criação de uma disciplina para essa discussão no currículo. O que se pretende é que os conteúdos sejam abordados em todo o currículo de maneira interdisciplinar, evitando um conhecimento setorializado.

O PPC-CBT é o que mais demonstra disciplinas que abordam a temática (seis de maneira objetiva) sendo o primeiro colocado quantitativamente (14,3% do currículo). Consideramos o documento com maior enfoque histórico da formação da nação brasileira e



de aspectos econômicos, históricos e sociais do Brasil, com ênfase em São Paulo e Baixada Santista. Sendo assim, a abordagem da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana foi mais acentuada. Observamos fragilidade de encadeamento em duas disciplinas. Entretanto, as demais possuem boa ressonância entre conteúdo programático e outros componentes curriculares.

Ponderamos o fato que o PPC-CBT foi aquele que mais pontuou com disciplinas voltadas a temática. No entanto, não realizou nenhuma citação direta sobre a DCN EREER no currículo. Sendo assim, seria necessário problematizar como os conteúdos identificados são tratados. Independentemente de não apontar a EREER no currículo, estaria o corpo docente sensibilizado e efetivando uma tratativa que aborda uma educação antirracista ou que valoriza a identidade negra?

A História e Cultura da África, no currículo das escolas brasileiras, dependendo de como será trabalhada, pode recair em uma perspectiva folclórica de multiculturalismo, reduzida a festas, ritos e costumes, percebidos como definidores da identidade negra, em detrimento de outros fatores históricos marcados por injustiças sociais contra negros e outras identidades plurais. Além do mais, se ministrados de maneira conteudísticas, tais temas podem se configurar como distantes das perspectivas antirracistas que pretendemos desenvolver nos alunos (CANEN, 2003).

## POSSIBILIDADES DE AMPLIAÇÃO DAS DISCUSSÕES NO CURRÍCULO

O quadro 4 apresenta um panorama de assuntos relacionados a EREER abordados pelas disciplinas:

**Quadro 4** - Conteúdos que indicam relação com a EREER nos cursos de TGT

Item	Conteúdos Programáticos	Tecnologia em Gestão de Turismo do IFSP				Total
		SPO	CBT	BRT	CIO	
1	Construção da identidade Nacional	X	X	X	X	4
2	Influências e legado Africano e Indígena no patrimônio cultural Brasileiro	X	X	X	X	4

3	Turismo e impacto nas populações anfitriãs	X	X	X	X	4
4	Influências na gastronomia Brasileira		X		X	2
5	Cidadania e alteridade		X		X	2
6	Pesquisa/Produção de Texto das Relações Étnicas			X	X	2
7	Educação para as Relações Étnico-Raciais: Etnia, Raça, racismo, preconceito e discriminação				X	1
8	Identidade paulista		X			1
9	Conflitos Étnicos		X			1
10	Escravidão		X			1
11	Colonização portuguesa e ameríndios		X			1
12	Indígenas do planalto paulista		X			1
13	Correntes étnicas no Brasil: ameríndia e negro-africana.		X			1
14	Folclore; Danças Regionais; Festas Afro-brasileiras: Divino, Cavalgada, Boi Bumbá, Círio etc.		X			1
15	Afrodescendência		X			1
	<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>13</b>	<b>4</b>	<b>7</b>	<b>27</b>

Fonte: elaborado pelos autores.

Quanto aos conteúdos programáticos, observamos que os itens 1 a 3 foram abordados pelos quatro PPCs, sendo eles “Construção da Identidade Nacional”, “Influências e legado Africano e Indígena no patrimônio cultural Brasileiro” e “Turismo e impacto nas Populações anfitriãs”. Vale dizer que o PPC-SPO fala em legado étnico sem especificar indígena ou africano. O item 3 trata sobre os autóctones (populações originais das localidades) e sua relação com o Turismo e a preservação das culturas e identidades das comunidades como forma de valorizar a cultura e evitar a superficialidade cultural.

Quanto aos conteúdos que aparecem duas vezes temos item 4 “As Influências na Gastronomia Brasileira” e o item 5 “Cidadania e alteridade” que aparece no PPC-CBT e PPC-CJO e o item 6 “Pesquisa/Produção de Texto das Relações Étnicas” para os PPCs-BRT/CJO

Quanto aos demais itens, estes aparecem apenas uma vez, sendo o PPC-CJO com o item 7 que aborda “Educação para as Relações Étnico-Raciais” e os demais itens de 8 a 15 que são do PPC-CBT: “Identidade paulista”, “Conflitos Étnicos”, “Escravidão”, “Colonização portuguesa e ameríndios”, “Indígenas do planalto paulista”, “Correntes étnicas no Brasil: ameríndia e negro-africana”, “Folclore; Danças Regionais, Festas Afro-brasileiras: Divino, Cavalgada, Boi Bumbá Círio” e “Afrodescendência” respectivamente.

Identificamos os PPCs-CBT e CJO como os mais inclinados ao debate da ERER. O PPC-CBT se apresenta mais completo em conteúdo histórico, apresentando ao aluno a história da colonização, escravidão, influência indígena e africana na cultura brasileira e no legado patrimonial (nas artes, música, festas, folclore etc.), além de discutir a cidadania no mundo contemporâneo. No entanto, o PPC não menciona a discussão sobre racismo, discriminação ou preconceito que é realizado pelo PPC-CJO, que tem disciplina designada para a Educação das Relações Étnico-Raciais.

Já os demais PPCs realizam a abordagem das ERER partindo da análise do patrimônio cultural brasileiro e seus legados étnicos. A discussão ética advém no sentido da preocupação da valorização da cultura para manutenção e originalidade do destino turístico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve o intuito de diagnosticar o atendimento das DCN ERER nos Cursos de Tecnologia em Gestão de Turismo do IFSP. Conforme os resultados, apenas dois Projetos Pedagógicos (BRT e CJO) citam objetivamente a tratativa da ERER. Porém, todos os documentos abordam conteúdos relativos a ERER, principalmente nas disciplinas que versam sobre o patrimônio histórico cultural do país, onde o legado Africano ou Indígena é citado ou nas disciplinas que tratam de valorizar a cultura da destinação como forma a evitar sua superficialidade cultural.

Ainda que todos os cursos abordem tais conteúdos, no IFSP de maneira geral, apenas 8,8% do currículo faz essa tratativa. Esse número revela que novas pesquisas deverão ser realizadas para ampliação da discussão.

Destacamos que o PPC-CJO possui uma disciplina específica para a tratativa das Relações Étnico-Raciais, o que revela um avanço positivo para o IFSP. No entanto, recomendamos a contínua reflexão e estudo do currículo para a construção do conhecimento por meio de diferentes disciplinas e para que a discussão ocorra de maneira ampla e relacionada com os demais conteúdos do curso.

Já o PPC-CBT é o currículo com mais disciplinas com conteúdos relacionados a ERER (14,3%). No entanto, ressaltamos que o documento não faz menção de atendimento à DCN ERER, sendo possível a discussão sobre como esses conteúdos são trabalhados pelo corpo docente.

É importante lembrar que o uso de termos como negro ou indígena não garante uma tratativa correta, assim como uma efetiva promoção da EREER, pois, como foi comentado anteriormente, depende do enfoque e das formas que os assuntos serão abordados. Dependendo de como serão discutidos, é possível que se mantenha a divulgação de um ensino estereotipado fugindo de atitudes antirracistas, como se pretende atingir.

De maneira geral, consideramos que as disciplinas tendem a trazer a discussão sobre o legado negro ou indígena no patrimônio cultural brasileiro para alavancar o Turismo com bases nesses conhecimentos, desconsiderando a discussão sobre racismo ou o embate sobre classes sociais desfavorecidas. Assim, consideramos que a formação profissional nos cursos de Tecnologia em Gestão de Turismo do IFSP realiza uma abordagem assimilacionista de multiculturalismo, pois se reconhece a existência da diversidade cultural, mas ela é utilizada em favorecimento da cultura hegemônica que pretende preservar e até proteger essa diversidade para fins de consumo pelo Turismo.

Com a exceção do PPC-CJO, que dispõe de disciplina para abordagem da EREER e do PPC-CBT (ainda que com alguma fragilidade de encadeamento), que apresenta a disciplina “Filosofia e Ética Profissional”, tendo como conteúdo programático “Ética e Cidadania no mundo contemporâneo”, sendo um de seus objetivos a discussão sobre questões de cor e valores culturais, os demais documentos não aparentam a discussão sobre os embates sociais que geram o racismo e o preconceito, assim como não fica perceptível a intencionalidade dos documentos em despertar uma identidade afro-brasileira, negra ou indígena nos alunos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, V.; PEREIRA, A. (org.). **Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC**. Rio de Janeiro: Pallas/CPDOC-FGV, 2007.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de**

**História e Cultura Afrobrasileira e Africana.** Brasília, DF: Ministério da Educação, [ca. 2008]. Disponível em:  
[http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes\\_curric\\_educ\\_etnicoraciais.pdf](http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes_curric_educ_etnicoraciais.pdf). Acesso em: 03 dez. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação. **Parecer nº 03, de 10 de março de 2004.** Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação, 2004a. Disponível em: [http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/cne\\_parecer\\_32004.pdf](http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/cne_parecer_32004.pdf). Acesso em: 27 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 01, de 17 de junho de 2004.** Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação, 2004b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 27 out. 2018.

BRITO, J. E. Educação e relações étnico-raciais: desafios e perspectivas para o trabalho docente. **Revista Educação em Foco**, Belo Horizonte, v. 14, n. 18, p. 57-74, 2011. Disponível em: <http://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/231>. Acesso em: 27 out. 2018.

CANDAU, V. M. F. Diferenças Culturais, Cotidiano Escolar e Práticas Pedagógicas. **Currículo Sem Fronteiras**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 240-255, 2011. Disponível em: [http://www.curriculosemfronteiras.org/art\\_v11\\_n2.htm](http://www.curriculosemfronteiras.org/art_v11_n2.htm). Acesso em 27 out. 2018.

CANEN, A. Refletindo sobre identidade negra e currículo nas escolas brasileiras: contribuições do multiculturalismo. **Série-Estudos — Periódico do Programa de Pós-graduação em Educação da Ucdb**, Campo Grande, n. 15, p. 49-57, 2003. Disponível em: <http://www.serie-estudos.ucdb.br/index.php/serie-estudos/article/view/525>. Acesso em: 27 out. 2018.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 295-316.

COSTA, R. D. Turismo, Educação e Ação Afirmativa: Considerações Preliminares Sobre a Formação Superior em Turismo. **(Syn)Thesis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 205-216, 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/synthesis/article/view/19670>. Acesso em: 27 out. 2018.

IFSP. **Plano de Desenvolvimento Institucional. 2014-2018.** IFSP: [s. l], 2014. Disponível em:

<https://drive.ifsp.edu.br/s/q5OTjVodbqaDjcK>. Acesso em: 14 nov. 2018.

IFSP. **Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo.** IFSP: Barretos, 2015. Disponível em:

<https://brt.ifsp.edu.br/phocadownload/userupload/14857x/PPC-Superior-Gestao-de-Turismo-Versao%202015.02.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2018.

IFSP. **Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo.** IFSP: Campos do Jordão, 2017. Disponível em:

<https://www.ifspcjo.edu.br/index.php/component/phocadownload/file/2001-projeto-pedagogico-do-curso-ppc>. Acesso em: 14 nov. 2018.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber:** manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas. Tradução Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artes Médicas; Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MASETTO, M. T. **Competência pedagógica do professor universitário.** 1. ed. São Paulo: Summus, 2003.

ROCHA, L. C. P. **Políticas Afirmativas e Educação:** A Lei 10639/03 no contexto das políticas educacionais no Brasil contemporâneo. 2006. Dissertação (Mestrado em Políticas e Gestão em Educação) — Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006. Disponível em:

[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/marco2012/historia\\_artigos/3rocha\\_dissertacao.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/marco2012/historia_artigos/3rocha_dissertacao.pdf). Acesso em: 27 out. 2018.

SANTOS, S. A. A Lei nº 10.639/03 como Fruto da Luta Anti-Racista do Movimento Negro. *In:* MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Educação anti-racista:** caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

SILVA, P. B. G. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Educação**, Porto Alegre, v. 30, n. 3, p.489-506, 2007. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/issue/view/47>. Acesso em: 27 out. 2018.

SPINELLI, S. M. A importância da formação profissional em Turismo. *In:* SHIGUNOV NETO, A.; MACIEL, L. S. B. (org.) **Currículo e formação profissional nos cursos de turismo.** Campinas: Papyrus, 2002.

## **EDUCATION OF ETHNIC-RACIAL RELATIONS AND TEACHING OF AFRO-BRAZILIAN AND AFRICAN HISTORY AND CULTURE IN TECHNOLOGY COURSES IN TOURISM MANAGEMENT OF THE IFSP**

### **ABSTRACT**

This study aims to verify the references related to the theme of Ethnic-Racial Relations and Afro-Brazilian and African History and Culture in Teaching Projects of the Tourism Management Technology Courses of the IFSP based on the documentary analysis of menus, objectives, program contents and bibliographies. We sought, from the law nº 10.639/2003, Silva (2007), Brito (2011), Costa (2014) e Candau (2011), to discuss the importance of addressing this issue in the training of higher education teachers and the training of technologist in tourism by the peculiar characteristics of the profession. It is concluded that new researches should be carried out because there is still room for the negotiation in the curriculums, as well as a better delineation of the already existing references.

**Keywords:** Education of Ethnic-Racial Relations; Teacher Training; Tourism Teaching; Curriculum.